

Contatos com Alô Senado têm aumento de 680%

Este ano, até o último dia 15, o Alô Senado recebeu 303 mil manifestações: um crescimento de 680% em relação a 2007. O projeto que considera crime a homofobia motivou 74,5% dos contatos. O segundo lugar (8,3%) ficou com a proposta sobre a Contribuição Social para a Saúde. **3**

Demostenes critica proposta sobre grampo

Autor de proposta aprovada pela CCJ, senador faz ressalvas a projeto enviado pelo Executivo à Câmara. **3**



Demostenes quer pena rigorosa para autor de grampo ilegal

Projeto acaba com leilão extrajudicial de casa

Fim de processo simplificado para retomada e leilão de moradia é previsto em projeto de Alvaro Dias. **4**



Alvaro pretende ampliar direito de defesa do mutuário



A grande festa da promulgação da nova Carta, comandada pelo deputado Ulysses Guimarães, aconteceu em 5 de outubro de 1988, no Plenário da Câmara

Há 20 anos era aprovado o texto da Constituição

Redação final foi votada em 22 de setembro de 1988, quando Ulysses anunciou, sob aplausos prolongados: "Chegamos". Lula registrou que o PT queria mais da Constituição

Em 22 de setembro de 1988, a Assembléia Nacional Constituinte aprovava a redação final do texto da atual Constituição, que ficou popularmente conhecida como Constituição Cidadã.

Ao fim de uma sessão iniciada às 9h30 daquele dia, o então presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), proclamava o resultado: 474 votos pelo "sim", 15 pelo "não" e 6 abstenções.

Homenageado pelos inúmeros oradores que ocuparam a tribuna para declarações de votos, Ulysses disse, sob aplausos prolongados do Plenário: "Chegamos. Nós chegamos. Graças a Deus, podemos dizer à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro: chegamos".

A última declaração de votos foi feita pelo então constituinte Carlos Vinagre (PMDB-PA), para quem o evento significava a redenção do povo brasileiro depois de "um longo período de arbítrio".

Um dos primeiros oradores, o então deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o Partido dos Trabalhadores (PT) iria votar contra a redação final, pois o novo texto constitucional preserva-

va as estruturas de poder brasileiras intactas, o que poderia manter inalteradas as desigualdades social e econômica no país. Entretanto, o deputado registrou que o PT iria assinar a Constituição por entender que seria o cumprimento formal da sua participação na Constituinte.

– Importante na política é que tenhamos espaço de liberdade para ser contra ou a favor. E o Partido dos Trabalhadores, por entender que a democracia é algo importante – ela foi conquistada na rua, ela foi conquistada nas lutas travadas pela sociedade brasileira –, vem aqui dizer que vai votar contra esse texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituição – disse.

No pronunciamento ele observou que a classe trabalhadora não teria "uma Constituição efetivamente voltada para seus interesses".

– A questão do capital continua intacta. Patrão, neste país, vai continuar ganhando tanto dinheiro quanto ganhava antes, e vai continuar distribuindo tão pouco quanto

distribui hoje.

No início do discurso, Lula registrou que, desde novembro de 1986, o PT já acreditava que os escolhidos para compor a Assembléia Constituinte não formariam uma "composição favorável aos projetos políticos da classe trabalhadora".

O deputado constituinte afirmou que o partido queria estabelecer na nova Carta a jornada de trabalho de 40 horas semanais (ficou 44 horas); o pagamento de férias em dobro (um terço a mais, conforme a Constituição); o fim da hora extra, ou a hora extra paga em dobro (ficou 50%, apenas). Além disso, Lula lamentou que o novo texto não definia questões referentes à estabilidade no emprego e ao aviso prévio.

A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro de 1987 e a entrega do projeto de Constituição ocorreu em 24 de novembro daquele ano. Em 2 de setembro de 1988, o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, discursou comemorando o encerramento das votações do projeto. A aprovação da redação final se deu em 22 de setembro e a Carta foi promulgada em 5 de outubro.

Órgão, que seria criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, aplicaria medidas compensatórias e salvaguardas em operações desleais de comércio exterior

Dornelles propõe conselho para defender setor privado

TRAMITA NA COMISSÃO de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) projeto de lei do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que modifica a sistemática de defesa comercial para permitir uma atuação mais ágil em favor do setor privado brasileiro. O parlamentar propõe a criação do Conselho de Defesa Comercial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior.

O colegiado, de acordo com o projeto (PLS 715/07), terá plenos poderes para aplicar medidas compensatórias, direitos *antidumping* e salvaguardas em operações de comércio exterior consideradas desleais. As decisões do conselho não se sujeitam a revisão, no âmbito do Poder Executivo, devendo ser executadas imediatamente.

O conselho será composto de sete membros – presidente e seis conselheiros –, todos com mais de 30 anos, de notório saber e reputação ilibada, com mandato de três anos, admitida apenas uma recondução. O presidente e três conselheiros serão nomeados pelo ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, escolhidos entre os



Decisões do colegiado não estariam sujeitas a revisão, segundo Dornelles

servidores do ministério.

Os outros três integrantes também serão nomeados pelo ministro, mas escolhidos a partir de lista triplíce apresentada, respectivamente, pelas confederações nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura.

Dornelles argumenta que, com o aumento de seu comércio internacional, o Brasil vem sendo inundado por produtos que chegam ao país com elevado grau de subsídios ou preços inferiores aos praticados no mercado de origem (*dumping*). Ele afirma que práticas desleais estão causando danos à produção nacional e destruindo setores das indústrias de têx-

teis, confecções, brinquedos e eletrônicos.

Conforme o senador, o órgão atualmente encarregado de aplicar medidas de defesa comercial, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), atua com lentidão porque sofre a influência de representantes de outros ministérios que examinam as pendências comerciais sob a ótica das políticas que regem seus órgãos, e não de acordo com as prioridades do comércio internacional brasileiro.

Assim, prossegue o senador, o representante do Ministério das Relações Exteriores, preocupado com as relações diplomáticas, hesita em apoiar a imposição de uma medida de defesa comercial em virtude de possíveis implicações políticas negativas.

Para Dornelles, a composição, com maioria de representantes do Ministério do Desenvolvimento, modificará a sistemática de defesa comercial, garantindo a agilidade e a isenção necessárias para a defesa dos setores privados brasileiros.

Caberá ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a tarefa de relatar a proposta na CRE.

Prosseguem homenagens aos 50 anos da Bossa Nova

O ciclo de *shows* em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, que integra a programação do Ano Cultural do Senado Artur da Távola, será retomado amanhã com a apresentação do grupo Damas de Ouro, e terá continuidade na quinta-feira, com Stihel e Banda.

As apresentações musicais ocorrem sempre às 19h, com entrada franca, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, na sede do Interlegis.

O Damas de Ouro – Rosemaria (voz), Kátia Monteiro (violão sete cordas), Cláudia Coutinho (cavaquinho), Tatiana Lobão (percussão) e Nany Dias (percussão) – apresenta o *show* produzido para marcar a passagem do centenário do compositor

Angenor de Oliveira, o Cartola. Em *100 Anos de Cartola*, elas interpretam músicas que consagraram o compositor, como As rosas não falam, Alegria, O mundo é um moínho e Ensaboa.

Já Stihel Nogueira apresenta – ao lado do maestro Joaquim França, do violinista e guitarrista Alberto Sales e do violoncelista Ocelo Mendonça – o *show Minas e outras Gerais*, revelando as influências dos movimentos musicais de Minas Gerais. Stihel iniciou sua carreira em 1966, participando do 1º Festival de Música de Brasília.

A temporada musical foi aberta no dia 4 de agosto. Até o fim deste ano, a cada mês, vários artistas irão homenagear os 50 anos da Bossa Nova.

II Semana do Turismo debaterá ecoeficiência e aquecimento

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar do Turismo realizam, até o próximo domingo, a II Semana do Turismo no Congresso, que tem por tema “Mudanças Climáticas: o Turismo em Busca da Ecoeficiência”.

A abertura dos debates está prevista para as 10h30 de hoje, no Espaço do Servidor, no Anexo I da Câmara. O evento será realizado em parceria com o sistema Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo/Sesc/Senac e com apoio dos ministérios do Turismo e do Meio Ambiente e da EcoCâmara. Após a abertura, haverá

o lançamento do documento brasileiro para o Dia Mundial do Turismo (27 de setembro), que tratará da busca da ecoeficiência no setor.

O texto de divulgação do evento informa que a Organização Mundial do Turismo (OMT) recomendou como tema de referência para os debates durante as comemorações do Dia Mundial do Turismo a questão do enfrentamento das alterações climáticas pela atividade turística. Também hoje será aberta exposição fotográfica sobre o tema, mostrando os desafios enfrentados pelo turismo e as práticas desenvolvidas para minimizar os impactos sobre o meio ambiente.

Projeto amplia voto de brasileiro no exterior

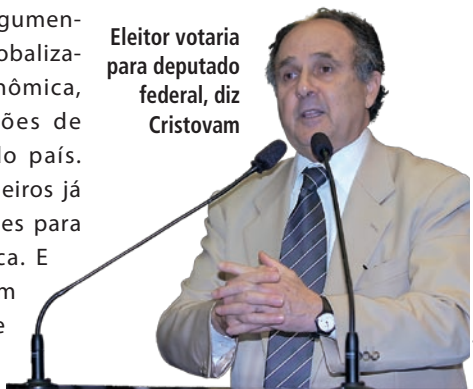
Está pronta para ser votada em Plenário proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que concede ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições para a Câmara dos Deputados. A proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A PEC acrescenta parágrafo ao artigo 45 da Constituição – que trata da composição da Câmara –, criando circunscrições eleitorais especiais para os cidadãos brasileiros que residem no exterior.

Azeredo destaca o argumento segundo o qual a globalização, aliada à crise econômica, levou mais de 2 milhões de brasileiros para fora do país. Lembra que esses brasileiros já podem votar nas eleições para presidente da República. E concorda com Cristovam Buarque quando esse afirma que deixar de escolher o deputado federal ajuda a quebrar “os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua pátria”.

De acordo com o relatório, a proposta amplia os direitos individuais estabelecidos na Constituição e não debilita a

Eleitor votaria para deputado federal, diz Cristovam



Federação, uma vez que as circunscrições especiais não vão alterar o equilíbrio entre os entes federados. Ressalta ainda que a proposta repete experiências adotadas em diversos países, como Portugal, Espanha, Itália e Estados Unidos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 14h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

O SENADO FEDERAL não realizou sessão ontem.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Foto: J. Leopoldo/S&P

Demostenes critica envio, pelo governo, de projeto sobre grampos

“É chover no molhado. O governo sempre acha que manda e quer dar a palavra final. Mas o projeto do governo não muda em nada o que já foi aprovado no Senado e o máximo que pode acontecer é ser juntado à nossa proposta, que já foi enviada à Câmara, e depois ser novamente encaminhado ao Senado, para que possamos dar a palavra final.” A opinião é do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a respeito do projeto de

lei do governo – elaborado pelo Ministério da Justiça –, encaminhado na semana passada à Câmara dos Deputados com o objetivo de criminalizar a realização e a divulgação de escuta telefônica sem autorização judicial.

O substitutivo de Demostenes, acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado no último dia 10 – e encaminhado no mesmo dia à Câmara –, foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça. O texto tomou por base os projetos

de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – o PLS 525/07 – e do Poder Executivo – o PL 3272/08, que tramita na Câmara.

Já o senador Jarbas Vasconcelos disse ontem estranhar a apresentação, pelo governo, de um projeto de lei igual ao aprovado no Senado.

– Se o governo pretendia mexer na proposta fruto da negociação, por que não o fez há 15 dias, quando a matéria ainda estava em votação no Senado?

Homofobia gera maioria das ligações para o Alô Senado

Em um ano cresceu em 680% o número de manifestações de cidadãos, por telefone ou pela internet, sobre projetos em debate

DE 1º DE janeiro até o último dia 15, o serviço Alô Senado recebeu por telefone ou pela internet 303 mil manifestações de pessoas, que fizeram críticas, sugestões, mandaram recados aos senadores ou opinaram sobre projetos em discussão no Senado. O número representa um crescimento de 680% em relação ao mesmo período de 2007. O campeão das manifestações foi o projeto (PLC 122/06) que considera crime a discriminação contra homossexuais, em discussão nas comissões do Senado, e que motivou 74,5% de todas as manifestações ao Alô Senado – 226 mil.

Qualquer pessoa pode telefonar gratuitamente (0800 61-2211) ou fazer sua comunicação pela internet www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepap/. Os atendentes da Central de Relacionamento com o Cidadão trabalham das 8h às 19h.

O projeto que criminaliza a discriminação de homossexuais passou a ser o mais mencionado assim que chegou ao Senado e começou a ser discutido nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Em junho passado, o DataSenado realizou pesquisa sobre o projeto e constatou que 70% dos entrevistados querem que a lei puna os atos de discriminação ou preconceito contra homossexuais. A polêmica em torno da proposta levou à criação de blogs na internet que incentivam os internautas a se manifestarem por meio do Alô Senado, mas muitas pessoas que telefonam

desconhecem o teor da proposta e acreditam que ela legaliza o casamento entre homossexuais.

O segundo projeto que mais recebeu manifestações neste ano (8,3%) pela central foi o PLS 121/07, que cria a Contribuição Social para a Saúde, o qual entrou em votação depois que os senadores derrubaram uma proposta que prorrogava a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O projeto passou pelo Senado e, neste momento, encontra-se sob exame dos deputados, prevendo a cobrança de 0,1% das movimentações bancárias, com isenção para salários e aposentadorias de até R\$ 3.080.

A terceira proposta mais citada (1,2%) é o projeto da reforma tributária (PEC 233/08), que se encontra na Câmara dos Deputados. Ele foi seguido do PLS 58/03 (0,9%), que determina ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a atualização de todas as aposentadorias e pensões no mesmo índice concedido ao salário mínimo, retroativa à época da concessão da aposentadoria. Como o salário mínimo teve aumentos reais nos últimos anos, automaticamente todas as aposentadorias também serão aumentadas se o projeto for aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República.

Na lista dos dez projetos mais mencionados nas ligações para o Alô Senado estão ainda projetos que tratam do número de vereadores, aborto em caso de anencefalia fetal, jornada de trabalho na saúde e Forças Armadas.

Contribuição Social para a Saúde e reforma tributária também estão entre os temas mais comentados

Exedito Júnior quer juntar projetos do pré-sal

A tramitação conjunta de projetos que tratam da distribuição dos recursos da exploração de petróleo e gás natural foi proposta em requerimento do senador Exedito Júnior (PR-RO) que aguarda deliberação do Plenário do Senado. O quadro abaixo relaciona as 14 proposições que poderão ser agrupadas:

PLS	Autor	Conteúdo	Leis a serem modificadas
222/04	Sérgio Cabral	Determina critérios para distribuição de royalties e participação especial pagos sobre acréscimos de produção e exploração de gás natural e de petróleo	9.478/97
293/04	Gerson Camata	Destina parcela de recursos de royalties sobre produção em alto-mar para pesca artesanal	9.478/97
166/07	João Vicente Claudino	Muda percentuais de distribuição de royalties sobre a produção de petróleo e gás natural, enfatizando as transferências para estados e municípios	9.478/07
630/07	Magno Malta	Determina que parte dos royalties sobre a produção de petróleo e gás natural seja direcionada para investimentos em segurança pública	7.990/89, 8.001/90 e 9.648/98
08/08	Cristovam Buarque	Aumenta de 10% para 15% a parcela da produção a ser transferida como royalties e cria o royalty verde, para a conservação da Floresta Amazônica	9.478/97
29/08	Antônio Carlos Valadares	Destina parcela de recursos de royalties para investimentos em infra-estrutura	7.990/89
104/08	Aloizio Mercadante	Destina parcela de recursos de royalties de exploração em alto-mar para custeio da Previdência Social	9.478/97
116/08	Cristovam Buarque	Prevê que royalties pagos a estados e municípios sejam aplicados exclusivamente em educação de base e em ciência e tecnologia	9.478/97
189/08	Exedito Júnior	Determina a aplicação em saúde de parte dos royalties direcionados ao Fundo Especial	7.990/89 e 9.478/97
201/08	Augusto Botelho	Prevê que recursos de royalties sejam aplicados em educação, saúde e infraestrutura	7.990/89
224/08	João Pedro	Cria regras específicas para royalties de petróleo extraído da camada pré-sal, com destinação prioritária à educação, Previdência Social e Forças Armadas	9.478/97
268/08	Tasso Jereissati e Cristovam Buarque	Cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica (Funped) e altera a distribuição de royalties e a participação especial, prevendo destinação de recursos ao fundo	9.478/97
279/08	Ideli Salvatti	Altera critérios para localização de municípios/estados confrontantes a poços e altera a distribuição de royalties, destinando recursos à educação básica e à Previdência	7.525/86 e 9.478/97
335/08	Francisco Dornelles	Destina royalties ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb)	9.478/97

Audiência debate trabalho de menores em atividades artísticas

A regulamentação do trabalho de crianças e adolescentes em atividades artísticas e esportivas deverá ser discutida em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) prevista para 8 de outubro, às 10h. O requerimento de realização do debate foi apresentado por Ideli Salvatti (PT-SC).

O tema é tratado em projeto (PLS 83/06) de Valdir Raupp (PMDB-RO), que tramita na CE, na forma de substitutivo do relator, Wellington Salgado (PMDB-MG).

O substitutivo abre uma exceção à proibição do trabalho de menores no que se refere a atividades artísticas ou esportivas, mediante a autorização expressa dos detentores do poder familiar, no caso de adolescentes entre 14 e 18 anos, ou da autoridade judiciária, para os menores de 14 anos. As autorizações deixarão de ser válidas se os menores não cumprirem a frequência escolar mínima obrigatória, estabelecida em lei. O projeto original referia-se apenas ao trabalho como ator e modelo em cinema, teatro, televisão

e anúncios publicitários.

Entre os convidados para a audiência estão o jurista Oris de Oliveira, consultor da Fundação Abrinq; o coordenador nacional do Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes; a psicóloga Tânia Coelho dos Santos; a produtora cultural Liane Mühlberg e a procuradora regional do Trabalho da 10ª Região Eliana Araque dos Santos.



Foto: Gerardo Viegas

Raupp é autor de projeto que tramita na CE



Eduardo Azeredo quer ampliar acesso a financiamentos para equipamentos

Azeredo: juros mais baixos para pessoas com deficiência

A aquisição de equipamentos de uso das pessoas com deficiência poderá ser facilitada pela oferta de financiamentos com juros menores que os praticados pelo mercado. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação de relator. De acordo com a proposta (PLS 123/06), os bancos poderão ser autorizados a abrir linhas de crédito especiais para o financiamento de equipamentos, produtos e serviços, visando aumentar a acessibilidade de pessoas com deficiência. Na justificativa da matéria, Azeredo ressalta que a falta de financiamentos e o alto custo de cadeiras de roda motorizadas, aparelhos auditivos e computador com sintetizador de voz, entre outros, impedem a melhoria da qualidade de vida e a capacidade produtiva das pessoas com deficiência.

Isenção

Conforme o parlamentar, a proposta determina que os financiamentos com juros mais baixos, destinados a esse público, serão isentos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O projeto prevê ainda que as instituições financeiras "poderão abater integralmente do Imposto de Renda a diferença entre as taxas pagas pelos tomadores do empréstimo e a taxa Selic mais spread de 0,5% ao mês". As medidas, observa Azeredo, visam estimular a oferta dessa modalidade especial de crédito, o que facilitará a compra de equipamentos que permitirão "ganhos de mobilidade e bem-estar às pessoas portadoras de deficiência".

O senador ressalta que a proposta será uma importante medida para ampliar as oportunidades de inclusão de pessoas com deficiência. Para ele, a matéria complementa a legislação sobre direitos e garantias a esse segmento da população. Azeredo considera as leis brasileiras "avançadas e condizentes com a construção de uma sociedade inclusiva para todos", citando como exemplo a Lei 7.853/89, que dispõe sobre o oferecimento obrigatório de educação especial, e a Lei 10.048/00, a qual assegura atendimento prioritário, nas repartições públicas, a pessoas com deficiência.

Após o exame da matéria pelos senadores que integram a CAE, a proposta seguirá para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será votada em decisão terminativa.

Conforme projeto, retomada da casa própria de devedor inadimplente só será possível por meio de processo judicial, o que asseguraria ao mutuário o direito de ampla defesa

Alvaro quer acabar com leilão extrajudicial de imóvel do SFH

A EXTINÇÃO DOS leilões extrajudiciais de imóveis adquiridos mediante o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) é o objetivo de projeto de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida resultaria no fim dos processos simplificados de retomada e venda pública de moradias de mutuários que deixam de pagar as prestações.

Se a proposta (PLS 110/07) for aprovada, os leilões extrajudiciais seriam substituídos por processos normais de execução judicial. Dessa maneira, argumenta Alvaro Dias, o mutuário executado passa a ter direito a ampla defesa, inclusive por meio de apresentação de embargos – recursos apresentados perante o juiz com o fim de obter-se a reforma da sentença expedida, bem como esclarecimento de algum ponto, eliminação de contradições ou supressão de omissões.

Relator da matéria, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ainda não apresentou seu relatório à comissão, que examinará o projeto em decisão terminativa. Para



Regras atuais são draconianas, diz Alvaro, em defesa de projeto

produzir efeitos, o texto propõe a revogação de artigos do Decreto-Lei 70, de 1966 (alguns já modificados por normas mais recentes), instituído para autorizar o funcionamento das associações de poupança e empréstimo e criar a cédula hipotecária, entre outras medidas.

Autoritarismo

Alvaro Dias observa que esse decreto-lei, editado durante o regime autoritário, reflete o pensamento daquela época. Criado para facilitar a aquisição da casa própria, o ato normativo contaria ao mesmo tempo, segundo o senador, "regras draconianas

contra as próprias pessoas que tem em mira ajudar". Na sua opinião, os leilões extrajudiciais deixam o mutuário "completamente desamparado" em caso de inadimplência.

O parlamentar argumenta que, em juízo, os mutuários inadimplentes terão a possibilidade de discutir de forma mais razoável a respeito dos saldos devedores calculados mediante "fórmulas e processos mirabolantes". Além disso, ganhariam meios para discutir, de forma mais equilibrada, o ressarcimento por eventuais benfeitorias realizadas nos imóveis hipotecados.

Pelas condições vigentes, a própria instituição credora – e não um juiz – é autorizada a solicitar ao agente fiduciário (garantidor) que promova a execução do imóvel. Em até dez dias, esse agente deverá comunicar ao devedor que terá prazo de até 20 dias para pagar o débito. Sem a quitação, o agente fiduciário estará autorizado a publicar os editais e efetuar, dentro dos 15 dias imediatos, o primeiro leilão do imóvel.

Projeto permite ao mutuário trocar de financeira

Projeto em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), permite ao tomador de financiamento imobiliário trocá-lo por outro que ofereça taxas de juros mais baixas. A proposição tramita no momento em que vários países são atingidos por crise financeira que começou no mercado imobiliário norte-americano.

De acordo com a proposta (PLS 298/06), a instituição financeira que oferecer as melhores taxas poderá quitar, em nome do mutuário, o respectivo saldo devedor, com simultânea celebração de um



Paim: maior concorrência entre agentes financeiros

novo contrato de financiamento imobiliário.

A proposta, que altera a Lei

10.931/04, exige, entretanto, que a nova instituição credora seja integrante do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). O novo contrato também deverá obedecer a legislação específica, do Conselho Monetário Nacional, que regula os financiamentos imobiliários.

Para Paulo Paim, a aprovação do projeto irá garantir a expansão do crédito imobiliário, beneficiar diretamente o cidadão que adquirir qualquer tipo de imóvel financiado, além de permitir a concorrência entre os agentes financeiros.

Lúcia Vânia defende mais proteção a idoso



Lúcia Vânia propõe estender garantias legais a idosos autônomos

Aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei (PLS 314/07) de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que estende aos trabalhadores idosos sem vínculo empregatício – como autônomos e representantes comerciais – a mesma proteção contra condutas discriminatórias estabelecidas em lei para os trabalhadores com emprego formal.

Lúcia Vânia esclareceu que a legislação em vigor (Lei 9.029/95) protege apenas o idoso com vínculo empregatício de condutas discriminatórias por parte do empregador.

A legislação proíbe a prática

discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade. O projeto estende aos idosos autônomos essa proteção definida em lei para os empregados.

A senadora entende que a alteração da lei é necessária para garantir ao idoso maior integração na comunidade.

Lúcia Vânia ainda argumenta que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) não tem sido eficientemente aplicado por falta de lei específica que criminalize condutas discriminatórias.



Osmar Dias: mais apoio às pequenas e microempresas

Osmar Dias propõe crédito diferenciado

Micro e pequenas empresas terão condições diferenciadas na obtenção de empréstimos caso seja aprovado projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR), que defende investimentos públicos de forma maciça nesse segmento. A proposta encontra-se em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual receberá decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 34/07), os bancos públicos federais serão obrigados a reservar 50% dos recursos disponíveis para empréstimos, a fim de financiar micro e pequenas empresas. As regras para tal financiamento, estabelece a proposta, deverão ser fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A proposta também determina que os financiamentos terão os encargos financeiros ajustados de forma a que não excedam o limite de 12% ao ano e redutores de até 50% sobre as parcelas de amortização do principal e sobre os encargos financeiros. Essa forma de ajuste deverá vigorar durante todo o prazo da operação.

Demanda

Na hipótese de não haver demanda em relação ao montante reservado para empréstimo às pequenas e microempresas, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, a proposição determina que os bancos públicos federais ficam autorizados a dispor dos recursos para emprestar livremente.

O objetivo da proposta, ressalta Osmar Dias, é criar mecanismos operacionais que obriguem as instituições públicas federais a investirem, de forma maciça, em linhas de financiamento a pequenas e microempresas. Na opinião dele, o fortalecimento dessas empresas contribui para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que as pequenas e microempresas, quando recebem estímulo, multiplicam a oferta de emprego e geram renda.